

## APRESENTADORES INSCRITOS - SIICUSP 2015

Área de Pesquisa	Inscrição	Título em Português	Autor	Orientador
Direito Privado	1958	A APOSENTADORIA POR IDADE DO EMPREGADO RURAL INFORMAL APÓS 2020: REFLEXOS DA OBRIGATORIEDADE DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	Maria Julia Pereira	Maria Hemilia Fonseca
Direito Privado	69	A ADAPTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS SOCIETÁRIOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DE COMPANHIAS ABERTAS À NOVA LEGISLAÇÃO PENAL ANTICORRUPÇÃO E DE LAVAGEM DE DINHEIRO.	Tereza Cristina de Freitas Branco	Gustavo Saad Diniz
Direito Privado	2209	AUTONOMIA PRIVADA NAS RELAÇÕES AFETIVAS: DESAFIOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.	ARYANE MARIA DE FREITAS	MARIANA JUNQUEIRA BEZERRA RESENDE
Direito Privado	2354	INADEQUAÇÃO E INSUFICIÊNCIA DOS MODELOS SOCIETÁRIOS BRASILEIROS PARA ESTRUTURAÇÃO DE INVESTIMENTOS DE CAPITAL EMPREENDEDOR: PROBLEMAS DE AGÊNCIA E IMPOSSIBILIDADE DE ALOCAÇÃO CONTRATUAL DE INTERESSES	Lucas Fulanete Goncalves Bento	Gustavo Saad Diniz
Direito Privado	716	SECURITIZAÇÃO DE RECEBÍVEIS: ASPECTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS DA OPERAÇÃO.	Rodolfo Isper Favaretto	Rogério Alexandre de Oliveira Castro
Direito Privado	2443	PARTILHA E LIQUIDAÇÃO DE QUOTAS DE SÓCIO DE SOCIEDADE LIMITADA EM VIRTUDE DE DIVÓRCIO OU MORTE DE CÔNJUGE	Maria Carolina Baptista de Oliveira	Fernando Melo da Silva
Direito Privado	1004	O ACIONISTA CONTROLADOR E O CONFLITO DE INTERESSES NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO NA SOCIEDADE ANÔNIMA - O CASO TRACTEBEL ENERGIA S.A.	Camila Yano Sato	Emanuelle Urbano Maffioletti
Direito Privado	2980	ANÁLISE DO MARCO REGULATÓRIO BRASILEIRO DA GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS AUTORAIS SOBRE AS OBRAS AUDIOVISUAIS: A AUSÊNCIA DE ARRECAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE DIREITOS REFERENTES ÀS OBRAS DESSA NATUREZA E POSSÍVEIS SOLUÇÕES	Ana Luíza de Faria Canassa	Rogério Alexandre de Oliveira Castro
Direito Privado	2524	A APLICAÇÃO DO "ERROR IN SUBSTANTIA" E DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS NO DIREITO ROMANO E BRASILEIRO	Danieli Rocha Chiuzuli	Alessandro Hirata
Direito Privado	410	A FUNÇÃO DO NOTÁRIO NO CONTROLE DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS	Daniela Lippe Pasquarelli	Cíntia Rosa Pereira de Lima
Direito Privado	3378	ANÁLISE JURÍDICA ACERCA DA DISTRIBUIÇÃO DO ETANOL HIDRATADO NO ESTADO DE SÃO PAULO	Mario Henrique Barco Pinto Neto	Fernando Melo da Silva

Direito Privado	<b>3489</b>	SISTEMATIZAÇÃO DAS TUTELAS DE URGÊNCIA NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO: A APROXIMAÇÃO ENTRE A TUTELA CAUTELAR E A TUTELA ANTECIPADA	Thais Zeri Negrao	Camilo Zufelato
Direito Privado	<b>3956</b>	A BOA-FÉ OBJETIVA E O CÓDIGO CIVIL DE 2002: SIGNO, SIGNIFICADOS E CONCREÇÃO JURISPRUDENCIAL	Beatriz Hernandes Silva	Luciano de Camargo Penteado
Direito Privado	<b>3980</b>	DIFERENÇAS ESTRUTURAIS ENTRE EIRELI E SUBSIDIÁRIA INTEGRAL: DA FUNÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL AO INTERESSE DOS TITULARES	Renata Guinato Benites	Gustavo Saad Diniz
Direito Público	<b>268</b>	O LIMITE ENTRE O DEVER DO CARGO PÚBLICO E A LIBERDADE DA VIDA PRIVADA DO SERVIDOR PÚBLICO.	Ettore de Lima	Raul Miguel Freitas de Oliveira
Direito Público	<b>286</b>	A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS ALTERNATIVAS À PRISÃO CAUTELAR	Andressa Olmedo Minto	Sebastiao Sergio da Silveira
Direito Público	<b>291</b>	A ORDEM DAS MOTIVAÇÕES NA DECISÃO JUDICIAL QUE CONVERTE A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA	Laura Terra Carnio	Claudio do Prado Amaral
Direito Público	<b>531</b>	ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS DE COTAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO CONTEXTO DE MUDANÇAS NO MODELO POLÍTICO-SOCIAL DO BRASIL DA ÚLTIMA DÉCADA (2003-2013)	Mauricio Buosi Lemes	Fabiana Cristina Severi
Direito Público	<b>1163</b>	SOLUÇÕES PACÍFICAS DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS E O ESTUDO DA PAZ: A QUESTÃO DO CANAL DE BEAGLE	Nasser Nasbine Rabeh	Caio Gracco Pinheiro Dias
Direito Público	<b>1357</b>	DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR DA EMPRESA	Giovana de Almeida Silva	Victor Gabriel de Oliveira Rodriguez
Direito Público	<b>1907</b>	A UTILIDADE DE UMA POSSÍVEL LEI DE REGULAÇÃO DOS ÓRGÃOS MUDIÁTICOS	Vinicius Bueno Oliveira Moreira	Rubens Beçak
Direito Público	<b>1794</b>	ANTECIPAÇÃO DA TUTELA POR ABUSO DE DIREITO DE DEFESA OU MANIFESTO PROPÓSITO PROTETATÓRIO DO RÉU - UMA ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.	Luis Augusto Teixeira Morais	Benedito Cerezzo Pereira Filho

Direito Público	<b>2142</b>	ITR E AS NORMAS TRIBUTÁRIAS INDUTORAS: A PROMOÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS À MORADIA, ALIMENTAÇÃO E AO TRABALHO DIGNO	Vitor Luis Pavan	Guilherme Adolfo dos Santos Mendes
Direito Público	<b>2211</b>	POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO/SP: DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL.	Isabela Natani Ferreira	Adriana Galvão Moura Abílio
Direito Público	<b>2353</b>	ASPECTOS CONTROVERTIDOS SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO E O CONFLITO APARENTE DE NORMAS	Anderson Muramoto	Otávio Augusto de Souza
Direito Público	<b>2385</b>	A OMISSÃO NA PERSPECTIVA DA ORTOTANÁSIA, MISTANÁSIA E NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS ESCASSOS NA SAÚDE	Isabela de Andréa Sherman Palmer	Eduardo Saad Diniz
Direito Público	<b>2581</b>	CORPORATE SHAMING E A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA	Joao Vitor Guimaraes Ferreira	Eduardo Saad Diniz
Direito Público	<b>2780</b>	O ÓRGÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DA OMC E OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	Giovana Stella Suniga	Jete Jane Fiorati
Direito Público	<b>386</b>	A ADOÇÃO DE BARREIRAS FRONTEIRIÇAS PELOS ESTADOS E O PRINCÍPIO DE NON-REFOULEMENT: O IMPEDIMENTO DE ACESSO AO TERRITÓRIO E O ÓBICE À SOLICITAÇÃO DO RECONHECIMENTO FORMAL DA CONDIÇÃO JURÍDICA DE REFUGIADO.	Laís Gonzales de Oliveira	Cynthia Soares Carneiro
Direito Público	<b>2901</b>	A CRIMINOLOGIA APLICADA AO DIREITO PENAL NA SOCIEDADE MODERNA.	Selma Fernanda Pereira	Nathan Castelo Branco de Carvalho
Direito Público	<b>2965</b>	A NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO DOS CARTÉIS DE EXPORTAÇÃO COMO FORMA DE CONCESSÃO DA ISENSÃO ANTITRUSTE	LUDMILLA MARTINS DA SILVA	Juliana Oliveira Domingues
Direito Público	<b>2972</b>	A INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA INVOLUNTÁRIA DE ADOLESCENTES DEPENDENTES QUÍMICOS NO BRASIL	Amanda de Almeida Gueleres	Linda Luiza Johnlei Wu
Direito Público	<b>618</b>	NATUREZA E REGIME JURÍDICO DA APLICAÇÃO DE PARCELAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E PARÂMETROS DE ESCOLHA DE PROJETOS CULTURAIS NA LEI 8313/1991	Gabriela de Oliveira Leal	Guilherme Adolfo dos Santos Mendes
Direito Público	<b>3629</b>	O INQUÉRITO POLICIAL E O PROCESSO PENAL ACUSATÓRIO À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	Bruna Martins Federici	Marisa Helena D'Arbo Alves de Freitas

Direito Público	<b>3628</b>	CONTROLE JURISDICIONAL DA EXECUÇÃO PENAL: MECANISMOS LEGAIS PARA A HUMANIZAÇÃO DA PENA	Paula Pedroso Mendonça	Marisa Helena D'Arbo Alves de Freitas
Direito Público	<b>3639</b>	AS MODALIDADES DO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO SOB A ÓTICA DO PROJETO DE LEI DO SENADO - PLS N. 559/2013	ISABELLA DELLA MATTA SILVA	Otávio Augusto de Souza
Direito Público	<b>3656</b>	A AUSÊNCIA DE PRAZOS MÁXIMOS DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA E A SÚMULA 527 DO STJ	Carolina Sabbag Salotti	Fernando Andrade Fernandes
Direito Público	<b>3820</b>	O FUNDO PARTIDÁRIO E A DEGRADAÇÃO DA POLÍTICA	Rafael Burgarelli Mendonça Telles	José Duarte Neto
Direitos Especiais	<b>2507</b>	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: A PROBLEMÁTICA DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	KLICYA KELLYN SILVA SILVEIRA	DÉBORA CAMARGO DE VASCONCELOS
Direitos Especiais	<b>2763</b>	UMA CRÍTICA A CONSTRUÇÃO ESTEREOTIPADA DO PERFIL CRIMINOSO PELA MÍDIA BRASILEIRA	Isabela Catalenic Tomaz da Costa	Juliana Cristina Borcat
Ética	<b>2614</b>	A DEFINIÇÃO DE DEMOCRACIA NA CIÊNCIA POLÍTICA ARISTOTÉLICA	João José Turri Brufatto	Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho
Teoria do Direito	<b>134</b>	A HISTÓRIA E O DIREITO NA LUTA PELO RECONHECIMENTO EM HEGEL	Lucas Massoni Costa	Cristina Godoy Bernardo de Oliveira
Teoria do Direito	<b>998</b>	LOGOS (LOGOS) E SEU PAPEL NA DELIBERAÇÃO (BOULEUSIS) NA ÉTICA ARISTOTÉLICA	Victor Goncalves de Sousa	Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho
Teoria do Direito	<b>387</b>	REPENSANDO A CULTURA E O ENSINO JURÍDICO NO ÂMBITO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL	Laissa Shimabucoro Furilli	Marcio Henrique Pereira Ponzilacqua
Teoria do Direito	<b>2409</b>	A (IN)CONSTITUCIONALIDADE NO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO	Andreza Cristina dos Santos	Linda Luiza Johnlei Wu
Teoria do Direito	<b>2514</b>	O ALCANCE E A EXTENSÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA NA INTERPRETAÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES DO BRASIL	Camila Morita Lujan	Vinicius Fernandes Ormelesi
Teoria do Direito	<b>1050</b>	A ALIENAÇÃO PARENTAL NA LEI 12.318/2010: UMA ABORDAGEM JURÍDICA E PSI COLÓGICA	Mariana Cunha de Andrade	Sérgio Nojiri